
PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS CONTEÚDOS DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO CURRÍCULO ESCOLAR

Waldeci Ferreira Chagas (UEPB/CH/NEABI)
africabantos@hotmail.com

Desde 2000 o Estado brasileiro tornou-se obrigado a elaborar e aplicar políticas públicas com vistas à melhoria da condição de vida das populações negras e valorização e respeito à história e cultura dos afro-brasileiros. Tais medidas resultaram da Conferência Internacional que ocorreu em 2000 na cidade de Durban, na África do Sul, e versou contra o racismo, a xenofobia e outras formas correlatas de discriminação.

Na condição de participante dessa conferência e debatedor da temática central, o governo brasileiro assumiu a condição de signatário de acordos internacionais, nos quais se comprometeu a aplicar políticas públicas capazes de melhorar o fosso social entre as populações brancas e negras.

De certo modo, quando assinou os acordos internacionais o governo brasileiro, na época reconheceu ser o Brasil uma nação negra, uma vez que fora do continente africano é o país com o maior contingente de população negra do mundo, e o segundo do mundo, só perdendo para Angola. No entanto, não reconheceu ser o Brasil uma nação racista.

Dentre as medidas que o Estado brasileiro ficou obrigado a cumprir, são pertinentes as ações afirmativas para as populações negras. Segundo consta do acordo internacional, o Estado se comprometera a durante o prazo de 20 anos implementar políticas públicas voltadas para as populações negras, no sentido de melhorar o índice de desenvolvimento humano (IDH) dessa população, assim como garantir e assegurar as populações negras e não negras o acesso a história e a cultura afro-brasileira.

Dentro das políticas de ações afirmativas para as populações negras, o Programa Nacional de Combate a Discriminação Racial, assumiu relevância porque passou a garantir o direito de as pessoas negras e não negras, de acessarem os conteúdos de história e cultura afro-brasileira, e assim construírem outras imagens de si e do outro.

Tal direito está assegurado na lei 10.639/003, quando obriga as escolas públicas da educação básica a inserir no currículo escolar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira. Esse direito foi respaldado por outros documentos oficiais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004), o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2009) e o Estatuto da Igualdade Racial (2010).

Embora diga respeito diretamente à educação básica essa legislação, também se refletiu na educação superior, sobretudo, nos cursos de licenciaturas, espaços de formação docente. Por isso, as universidades públicas tornaram-se obrigadas a também desenvolver ações pedagógicas permanentes capazes de colaborar com a implementação da lei 10.639/03 e de combater o racismo na educação. Para tanto, as IES ficaram obrigadas a incluir na grade curricular dos seus cursos, em especial os de formação docente, algum componente curricular que trate sobre a história e cultura afro-brasileira. Dentre as atividades desenvolvidas pelas universidades as atividades de extensão se destacam, haja vista elas alcançarem aqueles docentes que já passaram ou que ainda não passaram pela universidade, mas estão no exercício do magistério.

Por isto, neste trabalho analisamos as perspectivas e os desafios de implementação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira no currículo da rede pública municipal da cidade de Alagoa Grande.

Trata-se, portanto, de uma iniciativa pioneira no estado da Paraíba e relevante no exercício de cumprimento da lei 10.639/03, sobretudo, porque é resultado de uma parceria entre a UEPB, o Fórum de Educação e Diversidade Étnico-racial da Paraíba e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Alagoa Grande. Três instituições públicas responsáveis pela educação e formação docente, e como tal estão exercendo o seu papel na implementação da lei 10.639/003, conforme determina o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. A perspectiva é capacitar os (as) professores (as) a inserir no currículo das escolas da educação básica os conteúdos demandados por essa lei.

Essa medida além de louvável e relevante se configura um avanço político na educação pública, sobretudo, porque se constitui numa oportunidade de os (as) professores (as) mudarem a sua compreensão quanto a formação da sociedade e cultura brasileira, uma vez que ao trabalhar com os conteúdos de história e cultura afro-brasileira os (as) professores (as) têm a oportunidade de romper com a tradição eurocentrica de história e cultura. Todavia, esse exercício se constitui um desafio, tanto para o gestor público, quanto para os (as) professores (as), visto que a maioria não se sente à vontade para discutir tal temática na sala de aula.

Acerca dessa questão identificamos entre os (as) professores (as) da rede pública municipal de Alagoa Grande com quem convivemos durante o curso de formação sobre história e cultura afro-brasileira, alguns comportamentos que se colocam como desafios a serem superados pelo gestor público e pelos próprios (as) professores (as) no que se refere à efetivação da lei 10.639/003 e a implementação de direito e de fato dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira no currículo escolar.

Identificamos entre os (as) professores (as) três grupos cujos comportamentos frente à obrigatoriedade da lei 10.639/003 são dignos de discussão, sobretudo, porque o fazer pedagógico deles no cotidiano da sala de aula são reveladores de suas posturas políticas frente a temática afro-brasileira, e como tais docentes lidam cotidianamente com a questão étnico-racial na escola e fora dela.

O primeiro grupo de professores (as) demonstrou desconhecer a obrigatoriedade dessa lei e o seu conteúdo. Portanto, não trabalha os conteúdos de história e cultura afro-brasileira. Desta feita, ignoram e discordam da necessidade de se incluir tais conteúdos no currículo escolar, sob a alegação de que no Brasil “todos são iguais”. Como acreditam na pseudo-igualdade entre índios, negros e brancos, esse grupo questionou o fato de se valorizar a história e a cultura das pessoas negras na escola, argumentou se esse exercício não é uma forma de discriminação?

O segundo grupo disse conhecer a lei e o seu conteúdo, mas não a cumpre sob a alegação de que não se sente preparado para tal exercício, uma vez que durante a formação no magistério ou nos cursos de licenciaturas não tiveram acesso aos conteúdos de história e cultura afro-brasileira. Nesse sentido, questionaram: como será possível ensinar história e cultura afro-brasileira, quando não sabemos nada? No entanto, afirmaram que esses conteúdos são relevantes e devem fazer parte do currículo escolar, haja vista, o negro ser uma das matrizes de formação da história e cultura brasileira. Nesse sentido, defendem a proposta de que a escola deve ensinar a história e a cultura das pessoas negras. Como justificativa para a implementação de tais conteúdos, apontaram o fato de o Brasil ser um país onde a maioria da população é negra. Logo, nada mais justo que todos os brasileiros conheçam sobre a história e cultura das populações negras. Todavia ressaltaram que antes de ser estabelecida a obrigatoriedade de as escolas inserirem tais conteúdos no currículo escolar, o MEC, e as Secretarias de Educação do estado e municípios deveriam proporcionar a todos (as) professores (as) um curso de formação sobre história e cultura afro-brasileira.

O terceiro e último grupo de professores (as) disse que nunca trabalhou com os conteúdos de história e cultura afro-brasileira por não se sentir a vontade com essa temática, sobretudo, porque a julgam um conteúdo complicado, haja vista lidar com duas grandes questões cruciais no Brasil, quais sejam, o preconceito contra as pessoas negras e o preconceito contra as religiões de matriz africana. Esse grupo disse que diante da complexidade da temática prefere silenciar a enfrentar o problema. Desta feita se omite a discutir a questão com os (as) alunos (as) e juntos construir outras imagens acerca dos (as) negros (as) e suas religiosidades, o que poderia advir caso trabalhassem os conteúdos de história e cultura afro-brasileira.

Dentre os grupos de professores (as) identificados (as) o terceiro grupo apresenta a postura mais complexa ao processo de implementação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira no currículo escolar, visto que demonstrou com mais evidência o distanciamento a cultura afro-brasileira, uma vez que reconhece a questão do preconceito racial, mas não se dispõe a agir de modo a superá-lo. Nesse caso a omissão do (a) professor (a) acaba reforçando a escola como reprodutora do preconceito racial.

As argumentações enunciadas pelos (as) professores (as) de certa maneira, refletem o modo como a sociedade brasileira se relaciona com a cultura afro-brasileira.

Embora seja comum os (as) brasileiros (as) admitirem o (a) negro (a) como matriz da cultura brasileira, identificar-se com as expressões culturais afro-brasileira e vivenciá-la em público ainda é um problema para muitas pessoas.

De certo modo, os argumentos expostos pelos (as) professores (as) ao justificarem por que não trabalham com a história e cultura afro-brasileira demonstra que a convivência e a identificação com a essa cultura ainda não é uma questão saudável.

A realidade evidenciada pelos (as) professores (as) é uma pequena amostra do desafio que temos a enfrentar. Todavia nos revelaram duas outras questões: 1) Mesmo que professores (as) ainda não tenham incluído a história e a cultura afro-brasileira no currículo escolar, essa temática se faz presente na escola, visto que comumente os (as) alunos (as) fazem menções às reportagens exibidas na TV, as situações de preconceito racial vivenciadas na família, entre os vizinhos e na escola. Afinal o maior contingente de estudantes da escola pública é composto por negros (as) e como tal eles não vivem alheios às questões que envolvem a cultura afro-brasileira. 2) A segunda questão diz respeito às abordagens dos conteúdos sobre a cultura afro-brasileira exibidos na TV, o que faz com que essa cultura esteja na ordem do dia dos debates fomentados nos diversos canais de televisão, os quais

chegam à sala de aula por intermédio dos (as) alunos (as) e dos professores (as) quando estes assistem.

Dentre as tantas questões relacionadas à cultura afro-brasileira na escola é comum às referências a capoeira. Essa arte no mínimo é permitida na escola, embora seja comum alguns pais e professores (as) apontarem-na pejorativamente como “coisa de nego”, “de malandro”, “ou de vagabundo”, o que faz com que impeçam seus filhos de a praticarem, é comum os (as) professores (as) convidarem grupos de capoeira da comunidade a se apresentar na escola quando da realização de alguma atividade no dia 20 de novembro.

Todavia, a capoeira entra na escola como sendo uma prática estranha aos professores, aos alunos e aos funcionários. Ela é vista como o outro, como uma prática que não faz parte da cultura da escola e da comunidade que a frequenta. Por isso, há um dia em que os professores se dedicam a lembrá-la. Apenas lembrá-la, mas não vivenciá-la, visto que é encarada pelos (as) professores (as) como um ente estranho praticado por alguns negros.

Isso ocorre porque a capoeira chega à escola descontextualizada da sua essência histórica e cultural. Comumente é apontada como uma prática dos antigos escravizados, o que faz com que alunos (as) e professores (as) não a pratiquem, pois não querem ser identificados como parentes de escravizados.

Em meio às representações da capoeira socialmente construídas e evidenciadas na escola, identificamos professores (as) que nada dizem sobre essa arte, apenas ensinam passos e ritmos aos alunos (as). Mesmo que silenciem associam-na a uma prática menor, desprovida de intelecto e conhecimento, visto que é usada para recuperar os chamados “alunos problemas”. Ou seja, aqueles que apresentam dificuldades no processo de aprendizagem dos conteúdos escolar ou são apontados como indisciplinados.

Assim atribui-se a essa arte secularmente inventada pelas pessoas negras no Brasil a idéia de que a sua aprendizagem não exige esforço intelectual, haja vista ser praticada com o corpo.

Embora no passado homens e mulheres negras tenham usado o corpo e forjado a capoeira para libertar-se da opressão do cativo, hoje na escola essa arte é empregada para disciplinar os corpos, domar os alunos (as) rebeldes. Quando historicamente a capoeira é uma expressão de rebeldia das pessoas negras e representa a liberdade, sobretudo, da mente.

Essa realidade é denotativa de que na escola não basta qualquer fazer pedagógico acerca da história e cultura afro-brasileira. Tão pouco nem todo fazer significa que esse conteúdo esteja inserido no currículo escolar.

Desta feita, o desafio que se coloca para todos os (as) professores (as) e gestores (as) é o de transformar a escola num espaço acolhedor das diversas histórias e culturas das pessoas negras, visto que essas histórias todos os dias chegam às escolas trazidas pelos estudantes negros que habitam as periferias do Brasil. Nesse sentido, quando os (as) professores (as) forem trabalhar com a história e a cultura afro-brasileira, não podem prescindir de que essa história e cultura são levadas pelos (as) alunos (as). Eles (as) só precisam aprender a respeitar e valorizar.

Meninos e Meninas negras todos os dias chegam às escolas públicas com seus gingados, seus corpos tatuados ou adornados com símbolos de antepassados que eles nem sabem quem lhes legaram.

Eles ainda trazem suas crenças num outro sagrado, que aprenderam com seus avôs, mas temem revelá-lo. Suas roupas coloridas, seus cabelos duros, entrançados, encaracolados, coloridos, e alisados. Seus ritmos e danças, embalados pelo toque do tambor, muitas vezes empacotados foram transformados pela mídia num produto de supermercado. Pois em qualquer loja da esquina é possível comprar um CD de músicas afros; expressões musicais pejorativamente tachadas pela sociedade como sendo “coisas de nego”. Na concepção de algumas pessoas são expressões menores, desqualificada, portanto, devem permanecer nas periferias, exceto na escola. No entanto, são ouvidas, consumidas pelos alunos (as) com quem lidamos cotidianamente.

Logo, a inclusão dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira no currículo escolar passa pela mudança de postura do (a) gestor (a) e do docente. A perspectiva é a de que reconheçam o acervo civilizatório dos africanos e sua participação na construção da história da humanidade e a trajetória histórica das pessoas negras no Brasil como acervo formador da sociedade e cultura brasileira.

Esse é o grande desafio a ser superado no processo de implementação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira. Um exercício um tanto penoso, haja vista envolver duas questões, a formação e a subjetividade do professor.

Nesse sentido, incluir conteúdos de história e cultura afro-brasileira não resolve o problema do eurocentrismo no ensino e aprendizagem da história na educação básica, sobretudo, se o currículo escolar e as práticas dele decorrentes permanecem fiéis a essa perspectiva de história.

Logo, a responsabilidade de superar o caráter eurocentrico do currículo escolar não pode ser atributo único do (a) professor (a) de História, mas de todo corpo docente. Todavia,

resta saber se apenas os (as) professores (as) de História trabalhando com a história e cultura afro-brasileira significa dizer que esse conteúdo está implantado na escola e a educação das relações étnico-raciais está configurada?

Pensar a educação na perspectiva das relações étnico-raciais incide, sobretudo, na mudança de paradigma do fazer educativo, uma vez que não basta às instituições educacionais criar mais um componente curricular ou incluir os conteúdos de história e cultura afro-brasileira no currículo, se as relações no cotidiano da sala de aula não mudarem, e se a escola como um todo não mudar o modo como lida com as pessoas negras e as suas culturas.

Para que a educação das relações étnico-raciais aconteça, é necessário o acesso e a permanência de estudantes negros na escola, de modo que o seu tempo de estudo seja ampliado. Faz-se necessário que esse estudante negro tenha a sua cultura respeitada e valorizada pela escola. Caso isso não aconteça, como pode a escolar formar cidadãos capazes de conviver com a diversidade étnica?

Desta feita, a discussão acerca do acesso e permanência das pessoas negras a escola pode ser o ponto de partida para se pensar na educação das relações étnico-raciais e na inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar. Do contrário as pessoas negras continuarão a serem vistas apenas como exóticas, guerreiras, mas não passarão de meros objetos das pesquisas acadêmicas e continuarão sendo cidadãos de segunda categoria.

Quanto aos conteúdos de história e cultura afro-brasileira no currículo da educação básica, é necessário os (as) professores atentarem para o que será abordado. A simples inclusão de tais conteúdos não é a garantia de que a educação das relações étnico-raciais esteja em execução, pois a depender da abordagem dos conteúdos trabalhados em sala de aula, o (a) professor (a) pode reproduzir a hierarquização das raças, reforçar a idéia de superioridade dos europeus e de inferioridade dos africanos, conseqüentemente o racismo. Por isso, à medida que os docentes forem incluir tais conteúdos no currículo escolar é necessário atentarem para as questões a serem contempladas e a partir de que perspectivas serão abordadas.

Pois vejamos um exemplo clássico, que geralmente ocorre nas primeiras aulas de História, da educação básica. Comumente quando professores (as) de História, se referem à história antiga se defrontam com a África e essa parte do mundo é apresentada aos (as) alunos (as) como sendo o lugar onde se iniciou a aventura humana na terra. Todavia, ainda é recorrente a idéia de que na África não houve civilização. Essa compreensão ainda prevalece no cotidiano da sala de aula, por que “ao longo de séculos, a ciência ocidental construiu uma

série de teses que supostamente comprovavam que os africanos eram criaturas inferiores e incapazes de criar civilizações” (NASCIMENTO, 2008, p. 55).

No geral quando professores (as) se referem as grandes civilizações nas aulas de História, citam em primeiro lugar os gregos, em segundo os romanos, e por último os egípcios. Mesmo admitindo que a humanidade tenha surgido na África, só se fala em civilização nesse continente a partir da unificação dos egípcios, “quando praticamente todo o conhecimento científico e filosófico da Grécia Antiga teve origem no Egito, ou seja, na própria África” (NASCIMENTO, 2008, p. 63).

No discurso recorrente nas aulas de História, prevalece a idéia de que a África por um longo período viveu em meio à escuridão e a barbárie, ou seja, desconheceu a civilização, o que reforça a imagem da África como sendo a terra tenebrosa e sem história. Por essa razão quando se referem aos egípcios como civilização é comum professores (as) não situá-los na África, o que faz com que na contemporaneidade os (as) alunos (as) tenham dificuldade em reconhecer e identificar o Egito como país africano.

Desta feita, considerar a existência da civilização na África só a partir dos egípcios, reforça a tese da África como sendo terra tenebrosa, e ratifica a compreensão de que os africanos conheceram a civilização tardiamente. Contrária a essa tese, (NASCIMENTO, 2008, p. 68, apud WILLIAMS, B. 1968) afirma que:

Em 1972, surgiu a evidência arqueológica que faltava para confirmar a origem africana da civilização egípcia, até então atribuída à influência exógena. Em 1962, durante escavações realizadas para preservar os dados arqueológicos do local na antiga Núbia, ao sul do Egito, onde seria construída a represa Assuan, arqueólogos fizeram o levantamento de um sítio chamado Qustul. O material ali colhido só foi organizado e analisado quinze anos depois, revelando a existência de um reino chamado Ta-Seti. Antecedendo por treze gerações a unificação do Egito (3200 a.C), essa cultura já trazia em sua cerâmica as imagens de Osíris, Ísis e Hórus, marcas simbólicas da filosofia religiosa e da estrutura de Estado do Egito.

A negação da tese da existência de civilização na África antes dos egípcios nos currículos escolares e nos livros didáticos de História decorreu do fato de as produções acadêmicas durante muito tempo terem se fundamentado na concepção eurocêntrica de história. Segundo (NASCIMENTO, 2008, p. 55) era comum,

nos estudos históricos considerar-se a civilização humana um atributo quase exclusivo do Ocidente. Até pouco tempo, a idéia de que o ser humano original fosse negro e africano soava entre ridícula e absurda.

A partir do século XX, com o avanço das pesquisas no campo da história, arqueologia e biologia, desenvolvidas, sobretudo, por cientistas africanos, a concepção eurocêntrica de história passou a perder o domínio nas produções acadêmicas acerca das primeiras civilizações e a afrocentricidade passou a ser visível nos estudos acadêmicos.

Em meio às restrições, passou-se a admitir ser o homem originário da África, no entanto, permaneceu a idéia de que antes da unificação dos egípcios, nenhum outro povo africano organizou-se em civilização devido o isolamento a que a África permaneceu durante um longo período. Discorrendo sobre o debate acadêmico acerca da origem da humanidade em África, (NASCIMENTO, 2008, apud DIOP, 1985, pp.23-24) afirmou que era preciso ter,

{...} muita temeridade, para levar a sério, como cientista, a idéia de que a África pudesse ser o nascedouro da humanidade. Para ser considerado merecedor de crédito, para ser levado a sério, era necessário ter cuidado para não se aliar a tal opinião. Se um africano tivesse tal opinião, a única maneira de interpretá-lo seria como uma afirmação absurda e o resultado de um complexo psicológico criado pela colonização.

Após longos anos de debate acadêmicos a tese da África como nascedouro da humanidade ganhou fôlego, mas permaneceu o debate em torno da inexistência de civilização na África.

Passou-se a admitir, a existência de civilização em África, porem tardiamente e assim, reabilitou-se a tese da Europa como sendo o berço da civilização; tese essa que permaneceu nas academias até a segunda metade do século XX, e só graças à continuidade dos estudos e pesquisas desenvolvidos por arqueólogos e historiadores africanos a África passou a ocupar o lugar que lhe é de direito na história da humanidade, o de ser o nascedouro de tudo.

Todavia, garantir a África esse lugar significou travar uma batalha na academia, sobretudo, quando tal afirmativa advinha de um cientista africano. O contra discurso a tese da África como nascedouro da humanidade, não se fundamentou na critica as pesquisas realizadas, no sentido de apontar suas fragilidades, mas visava, sobretudo, desqualificar o cientista africano responsável pelas pesquisas realizadas, considerando-o como sendo produto de um “complexo psicológico”, decorrente da colonização a que os africanos foram submetidos.

Contrariando a idéia de complexo psicológico, as pesquisas acerca da origem das raças humanas, apontam para a tese de que tudo começou na África, pois foi desse continente,

{...} de onde eles teriam saído para povoar as diferentes regiões do mundo. As evidencias científicas têm demonstrado a veracidade dessa teoria, comprovando que

a origem do ser humano e a evolução de sua cultura e tecnologia se deram na África. As datas dessa evolução, por sua vez, também têm sido revistas. O uso do fogo, por exemplo, havia sido atribuído ao espécime de *Homo erectus*, chamado homem de Pequim, encontrado no sistema de cavernas ZhouKoudian, ou ChouKoutien, perto de Beijing, há cerca de quinhentos mil anos. Em 1982, porém, foram descobertos em Chesowanja, no Quênia, restos de um fogo doméstico feito por africanos há 1,4 milhões de anos (NASCIMENTO, 2008, p. 57, apud DIOP, 1985, p.25).

Logo, ao inserir a história e cultura afro-brasileira no currículo escolar o (a) professor deve ficar atento para a história da África e não reproduzir as teses que outrora negaram esse continente como berço da civilização. Ao discutir sobre o ensino de história da África, ou a história da África a ser ensinada nas escolas, (PANTOJA, 204, p. 22) afirma que:

É preciso estudar a África como um todo para entender, por exemplo, que o estudo da História da África nos períodos recuados não se reduz ao estudo da escravidão. O período da escravidão atlântica é um pequeno espaço, de um pouco mais de três séculos, na história milenar de um continente. Convém tratar das múltiplas Áfricas, enunciarem as origens da humanidade naquele continente e a antiguidade das civilizações africanas, discutir a questão da “anterioridade africana” e as relações ativas dos africanos com os aceanos e outras partes do mundo. A partir daí pode-se chegar a uma abordagem de uma História da África por ela mesma, nas suas realidades e não por conta dos mitos criados do exterior.

Muito mais do que trabalhar com a história e cultura afro-brasileira na sala de aula, é necessário que os (as) professores (as) atentem para a abordagem dos conteúdos que serão trabalhados, uma vez que lidar com esses conteúdos nos remete a história da África, uma civilização diversa e complexa no seu processo de organização e desenvolvimento cultural.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha, SOIHET, Rachel, e GONTIJO, Rebeca. (orgs.) **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil**: o negro na telenovela brasileira. São Paulo: Editora Senac, 2004.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. (org.) **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica 2006.

FREITAS, Ivana Silva. **A cor da metáfora**: o racismo no livro didático de Língua Portuguesa. João Pessoa: UFPB, 2009. (Dissertação de Mestrado em Letras).

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula**: visita a história contemporânea. São Paulo: Selo Negro/Sumus, 2005.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

Ministério da Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: SECAD/MEC, 2009.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.) **Cultura em movimento**: matrizes africanas e ativismo negro. São Paulo: Selo Negro, 2008.

OLIVEIRA, David Eduardo de. **Cosmovisão africana no Brasil**: elementos para uma filosofia afro descendente. Curitiba: Gráfica Popular, 2006.

RIBEIRO, Renilson Rosa. (org.) **O negro em Folhas brancas**. Campinas: Unicamp, 2002.

RODRIGUES Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

SERRANO, Carlos & WALDMAN, Mauricio. **Memória d África**: a temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2007.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares (Org). **Ética e cidadania nas escolas**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2003.